
Mukhero em Maputo: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal

Mukhero in Maputo: Analysis of Logics and Practices on Informal Trade

Andes Chivangue



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/1115>

DOI: 10.4000/ras.1115

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2014

Paginação: 113-131

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Andes Chivangue, « Mukhero em Maputo: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 14 | 2014, posto online no dia 27 setembro 2016, consultado no dia 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/ras/1115> ; DOI : 10.4000/ras.1115

Este documento foi criado de forma automática no dia 3 Maio 2019.

© SASO

Mukhero em Maputo: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal¹

Mukhero in Maputo: Analysis of Logics and Practices on Informal Trade

Andes Chivangue

NOTA DO EDITOR

Artigo pedido ao autor

Recebido a: 27/Novembro/2014

Aceite para publicação: 7/Dezembro/2014

I. Introdução

- 1 O presente artigo discute as lógicas e práticas que caracterizam o comportamento dos micro--importadores em Maputo, vulgarmente conhecidos por *mukheristas*. O principal problema discutido sintetiza-se na seguinte questão: *que percepções de riqueza e de pobreza decorrem da prática do mukhero?* A pesquisa é orientada no sentido de perceber o comportamento dos praticantes do *mukhero* num contexto caracterizado pela pobreza generalizada e políticas sociais inconsistentes, sendo algumas das preocupações centrais: (1) descrever as lógicas e práticas dos *mukheristas* e suas percepções sobre as políticas sociais nacionais; (2) verificar a influência desta actividade na vida dos seus praticantes; (3) testar estatisticamente a capacidade da economia informal reduzir a pobreza ou gerar riqueza.
- 2 O artigo estrutura-se da seguinte forma: apresenta-se no ponto II o contexto e considerações iniciais sobre o Mukhero, seguidamente está o quadro teórico na secção III, na secção IV metodologia, na V os resultados e finalmente a discussão e conclusões.

II. Contexto e o Mukhero

1. Economia informal, pobreza e políticas

- 3 Nos últimos tempos a tónica do discurso académico sobre a economia informal passou a concentrar-se na capacidade deste sector reduzir a pobreza ou gerar riqueza [leia-se Gulyani & Talukdar 2010, James Heintz 2010, Tokman 2007, Hart 1973]. Entretanto, este argumento não parece ser unanimemente partilhado. Por exemplo, Francisco & Paulo [2006,02] referem que esta “presunção, por mais plausível que possa parecer, à primeira vista, não deve ser imediatamente tomada como óbvia, incontroversa e dispensável de fundamentação.” Efectivamente, de acordo com a comparação de rendimento mensal e despesas dos operadores de Kinshasa verifica-se que estes agentes são mais pobres. As actividades económicas que desenvolvem nas ruas não lhes permitem melhorar as suas condições de vida. Muitos deles permanecem em situação de profunda pobreza e de grande precariedade, caracterizada por péssima alimentação, saúde débil, altas taxas de mal nutrição e de mortalidade infantil, fraca educação das crianças, água salobre, falta de electricidade e saneamento [Iyenda 2005].
- 4 No caso moçambicano, Mosca [2010: 84] questiona se o comércio informal não será “um factor de alívio da pobreza a curto prazo que a governação cria, em benefício da concentração da riqueza, da manutenção de uma crise de intensidade suportável e que termina por comprometer o crescimento estável a longo prazo?” Esta questão denota uma preocupação com o desenvolvimento económico em termos globais e o autor sugere que, numa situação em que o crescimento económico não resulta em *spillover effect*, a economia informal poderá estar a ser usada pela elite governante como uma esponja atenuadora de potenciais conflitos sociais que ocorreriam na sua ausência.
- 5 No que se refere à influência das políticas públicas e sociais no *mukhero* observa-se um desfasamento entre a acção política e a realidade objectiva do país (Baptista-Lundin 2011, Francisco 2011). E Mosca [2010: 96] salienta que a economia informal é gerada por “políticas públicas desajustadas e debilidades institucionais” em que o Estado aparece como um dos principais causadores de informalidade. De acordo com Hugon [1999] a evolução futura do sector informal “permanece, todavia, fortemente ligada, quer à acção do Estado, que deve suportar o funcionamento do seu meio envolvente, quer ao dinamismo do sector moderno (fornecimento de inputs e de canais de escoamento).” Ora, em nosso entender tal só é possível quando existe uma visão clara sobre os caminhos a seguir para o desenvolvimento, o que não parece ser o caso de Moçambique. Esta constatação é suportada pelo argumento de Castel-Branco [2011: 20] quando questiona a capacidade dinamizadora do Estado, afirmando que a preferência do governo se centra na “manutenção dos altos níveis de ajuda como estratégia de sobrevivência política num contexto de pobreza generalizada e de acumulação primitiva.”
- 6 Na esteira da questão acima colocada, Soderbaum [2007: 170-172] aponta para o facto da elite governante não possuir nenhuma estratégia para mobilizar e utilizar os recursos humanos e as iniciativas empreendedoras inerentes à economia informal. Para este autor, “o desafio das políticas formais é desbloquear, em vez do contrário, o potencial deste sector”. É nesta linha de raciocínio que Lyons & Snoxell [2005: 1318] sublinham a necessidade de utilização de uma “abordagem participativa no desenvolvimento e adopção de políticas de formalização e que essas políticas almejem ser conservadoras da

fábrica social.” Entretanto, Chen [2007] chama à atenção para a complexidade do fenómeno, mostrando-se céptica quanto à possibilidade de formalização devido à grande segmentação da economia informal.

- 7 Os instrumentos de governação em Moçambique enfermam de desarticulações diversas e contradições notórias, o que acaba por se evidenciar no tratamento que se dá ao informal. Essa espécie de desorganização política já foi, noutra género de discussão, apresentada como sendo o resultado da ausência de um projecto de desenvolvimento nacional coerente, aliada à natureza neopatrimonial do regime [Forquilha & Orre 2011, Forquilha 2009, Hanlon & De Renzio 2007, Macamo 2006]. Uma das mais recentes medidas com o objectivo de estimular as iniciativas empreendedoras distritais – os Sete Milhões de Meticais – é vista pelo meio académico local como intensificadora da natureza informal da economia nacional e, sobretudo, que alimenta as hostes do partido no poder através de mecanismos de patronagem e clientela [Sande 2011].
- 8 No que concerne à política, Francisco e Paulo referem que “lendo os recentes instrumentos do governo, tais como o Programa do Governo, Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA 2006-2009, ou PARPA II) a questão da informalidade no seu todo é marginalizada e quando explicitamente mencionada, reduz-se ao mercado convencional, considerando como foco da economia informal, o mercado de trabalho” [2006:100].
- 9 A mais recente versão do PARPA, o PARP 2011-2014, apresenta as mesmas contradições e insuficiências dos anteriores documentos. Embora assuma que a maioria da população moçambicana depende do informal, sugere que esta deverá ser integrada no formal através da criação de emprego, o que passa pela captação do investimento estrangeiro, sobretudo ligado aos megaprojectos, situação à qual Soderbaum [2007] se refere como uma forma ingénua de pensar o desenvolvimento. Guha-Khasnobis et al. [2007: 09] acrescentam que “com a estratégia de desenvolvimento de Moçambique a mostrar uma obsessão pelos megaprojectos, o sector informal é visto quase como um entrave do que como potencial para o crescimento”.
- 10 O mais interessante neste debate é a existência dum paradoxo evidente sob ponto de vista de contribuição para o fisco por parte dos megaprojectos e da economia informal. Dados recentes apresentados pela Autoridade Tributária de Moçambique mostram que enquanto os megaprojectos só contribuíram com 4% em 2011, a economia informal contribuiu com 70% [Saúte 2012]. Os grandes projectos, para além de expatriarem os lucros e gozarem de muitos incentivos fiscais [Castel-Branco 2010], são geradores de exclusão social e desigualdade [Mosca 2011] na medida em que criam muito pouco emprego e não têm ligações com o resto da economia.

2. O Mukhero

- 11 O mukhero² pode ser definido como actividade de micro-importação informal³ caracterizada pela travessia da fronteira de Ressano Garcia para África do Sul, local onde os *mukheristas* compram diversos bens para posterior revenda, geralmente a grosso, nos mercados de Maputo. Neste trabalho os praticantes desta actividade são classificados como microempresários informais. Entretanto, é importante referir que esta definição está na sua forma simplificada, dado que centrada apenas no propósito da presente análise. Na realidade, o mukhero pode também situar-se na categoria do comércio transfronteiriço informal. Com efeito, fenómenos semelhantes ocorrem um pouco pelas

principais zonas fronteiriças do país, com destaque para Machipanda, cujo comércio transfronteiriço leva a designação de *Madjolidji* ou *juniper border*⁴.

- 12 Note-se que, dada a sua natureza, o *mukhero* pode também encaixar-se em duas subclassificações das tipologias de oportunidades legítimas de busca de rendimento nas zonas urbanas apresentadas por Hart [1973: 69-71], nomeadamente as “empresas terciárias” e “distribuição em pequena escala”. A primeira representa o pico das actividades informais legítimas e é praticada por indivíduos que acumularam poupanças por meios alternativos e reinvestem-nas em diversas actividades. A segunda diferencia-se da primeira através da posição do operador na cadeia de distribuição do bem que transacciona: alguns são transportadores, outros compram bens para sua posterior revenda, outros ainda são fornecedores de crédito a retalho em pequenas quantidades. Todos mantêm uma atitude flexível em relação ao seu papel de vendedor e estão aptos a mudar de um bem ou actividade para outro, ou combinar várias actividades.
- 13 O conjunto de actividades que compõem o *mukhero* pode ainda ser classificado em seis categorias, nomeadamente frescos (inclui produtos de origem agrícola como batata, cebola, repolho, alho, tomate, fruta, etc.), diversos (leite, cremora, milo, óleo de cozinha, trigo, ovos, sumos, iogurtes, etc.), loiça (artigos de plástico, porcelana, vidro, etc.), produtos de beleza, roupa e bebidas [Chivangue 2007]. Actualmente observam-se também importações informais a partir da China, donde alguns *mukheristas* trazem, de entre diversos bens, material de escritório, mobília de sala, loiça sanitária, etc.⁵
- 14 Um aspecto relevante tem a ver com a forma como os operadores informais percebem as possibilidades de ter emprego no sector formal. Na impossibilidade de praticar o *mukhero*, os micro-importadores estariam dispostos a trocar a sua actividade informal, deixando rendimentos relativamente mais altos de outras actividades da mesma natureza, para obter a segurança que o emprego formal proporciona.
- 15 Esta tendência é também encontrada em autores como Iyenda [2005: 65] quando refere que 79% dos operadores informais de Kinshasa abandonariam o que fazem por um emprego seguro e bem pago no formal. As mesmas conclusões, em diferentes graus, podem ser encontradas em Heintz & Pollin [2003], Peberdy [2000], Macamo [1999] e Hart [1973]. Maloney [2004:1163] acrescenta o facto de os operadores informais “poderem entrar no emprego formal inicialmente como meio de acumular capital humano.”
- 16 Contrariamente à noção de estudiosos tais como Lyons & Snoxell [2005] segundo os quais outros membros da família entram para o sector informal como operadores através dos que já lá existem, no *mukhero* não se observa esta prática. É quase inexistente uma situação de um empregado de *mukherista* que possua laços de parentesco próximos do seu patrão. A maioria dos agentes é proveniente de outras actividades informais, tendo evoluído gradativamente. Isto é consistente com as análises de Chen [2007], Maloney [2004] e Heintz & Pollin [2003]. Sob o ponto de vista de experiência de emprego anterior, o sector informal “não absorve simplesmente ou mesmo primariamente os desempregados do sector formal” [Maloney 2004: 1163].
- 17 Outro aspecto que vale a pena discutir está relacionado com as diferenças de rendimento entre os sectores formal e informal e as relações dinâmicas que condicionam os agentes tanto dum quanto doutro sector. Nzatusola [2006], numa análise da informalidade em Angola, menciona um estudo do PNUD⁶ que revela serem os salários médios no sector informal maiores que no formal. Macamo [1999: 26] já fizera referência a este aspecto para o caso de Moçambique, tendo concluído que “os comerciantes informais têm sido

capazes de satisfazer as suas necessidades básicas, enquanto as pessoas com emprego no sector formal, auferindo salário mínimo, mal se aguentam.”

- 18 Embora existam diferenças de rendimento que devam ser acauteladas, o *mukhero* parece enquadrar-se na lógica do que foi dito no parágrafo anterior, pois se se tiver em conta as habilitações literárias destes operadores, muitos ao nível mais elementar, pode-se constatar que no sector formal teriam muito menos rendimento do que conseguem desenvolvendo esta actividade. O salário mínimo na Função Pública em Moçambique está fixado em torno de 2500 meticais quando a média de rendimento entre os *mukheristas*, por exemplo do sector de frescos, aproxima-se de 8000 meticais. O salário mínimo dificilmente consegue cobrir o cabaz de bens essenciais que permite a uma família de cinco membros manter-se durante um mês.
- 19 Entretanto, é preciso não deixar de lado o facto de, em termos gerais – no que concerne a todos os segmentos do informal em Moçambique – muitos operadores informais preferirem sua actual actividade em vez de um emprego assalariado. O estudo da War on Want indica que “60% dos inquiridos em Maputo mencionaram preferir suas actuais ocupações na economia informal do que um emprego pago” [War on Want 2006: 25].
- 20 O processo de travessia pela fronteira constitui outra das questões relevantes para esta análise. Embora muitos operadores afirmem passá-la legalmente a prática demonstra que tal não corresponde à realidade dado que essa passagem opera-se de forma semilegal ou mesmo ilegalmente. Note-se que os próprios presidentes das associações informais confirmam este facto. No caso das mulheres, situações há em que algumas são forçadas a relacionar-se sexualmente com os agentes das alfândegas como forma de pagamento adicional ao suborno exigido pelos mesmos, conforme atesta o seguinte excerto de Baptista-Lundin e Taylor: “Nenhuma de nós possui um passaporte ou visto válidos, atravessamos a fronteira através da cerca. Temos arranjos especiais com os oficiais: “pagamos e eles não nos vêem”. Apesar disso, o acordo nem sempre é respeitado porque muitas vezes pagamos e eles apanham-nos à mesma. Quando isso acontece, não temos alternativa senão pagar outra vez, muitas vezes com serviços sexuais para mais do que um deles, caso contrário corremos o risco de perder a nossa mercadoria ou sermos presas. O *mukhero* não é um negócio fácil, mas da maneira como o vejo agora constitui a única alternativa para nós sobrevivermos” [Baptista-Lundin & Taylor 2003:99].
- 21 A justificação para este tipo de procedimento prende-se com as altas taxas aduaneiras em vigor e que estimulam os agentes alfandegários a engajarem-se em comportamentos de procura de renda, desincentivando os *mukheristas* a pautarem-se pela legalidade. Como forma de ultrapassar este bloqueio, a Autoridade Tributária e as associações dos micro-importadores acordaram novas taxas de referência para a importação de principais produtos, tendo-se estabelecido o valor de até 50% do preço de compra de cada produto [Mapote 2012:02].

III. Quadro teórico

- 22 A opção teórica escolhida para a análise das lógicas e práticas dos *mukheristas* compreende a utilização de dois referenciais, nomeadamente o *postulado de racionalidade diversa* de Philippe Hugon e a teoria da acção *fundamentada*⁷ de Martin Fishbein e Icek Ajzen.
- 23 Hugon [2000] aborda as características do *homo africanus* em oposição ao *homo economicus* da ortodoxia neoliberal, colocando em relevância o facto de a racionalidade económica

ser contextual⁸, sendo por isso limitada, diversa ou adaptativa. A ortodoxia neoliberal trata as pessoas como indivíduos atomísticos que se cruzam apenas através das forças do mercado, reduzindo-os a criaturas isoladas do mercado que para além da simples troca não têm história, tradições culturais, opiniões políticas e relações [Brohman 1995].

- 24 A teoria da acção fundamentada assenta em dois pressupostos: (1) os indivíduos pesam as consequências de cada alternativa baseando-se na percepção que têm das vantagens (ou desvantagens) de um determinado comportamento; (2) o indivíduo é afectado pelos valores normativos associados a cada alternativa. Ou seja, os valores normativos reflectem aquilo que outros acreditam ser um comportamento apropriado [Ajzen & Fishbein 2010, Westaby 2005, Ajzen 2001, 1991, Steggell 2001]. Para analisar o comportamento dos *mukheristas* na óptica desta teoria adoptam-se como variáveis *proxy* a religião, a honestidade, a percepção de que a criminalidade não compensa, o receio de represálias sociais, a consciência individual, a pressão social envolvente, a ociosidade e por último as actividades ilícitas.
- 25 Duas premissas importantes são ainda utilizadas como suporte à leitura do *mukhero* enquanto fenómeno social. A primeira admite que a economia informal reduz a pobreza numa extensão limitada⁹ e a segunda, argumenta que os operadores informais são incapazes de fazer-se ouvir e são marginalizados pelos fazedores de política. No contexto moçambicano, procura-se aferir a validade destas aceções no quadro do *mukhero* em Maputo e verificar o efeito das percepções dos seus praticantes antes da atitude do governo face ao processo crescente de informalização da economia.

IV. Metodologia

- 26 Relativamente à metodologia, foram seleccionados os métodos quantitativo e qualitativo de investigação científica. As técnicas eleitas são o inquérito e as entrevistas semiestruturadas. Usa-se a estatística para responder à questão central do artigo, recorrendo-se ao auxílio do aplicativo STATA. De um universo de aproximadamente 500, foram inquiridos 301 *mukheristas* e os questionários foram administrados em seis mercados da Cidade de Maputo, nomeadamente Mercado Grossista do Zimpeto, Mercado Mandela, Mercado Fajardo, Mercado Estrela Vermelha, Mercado Compone e Mercado Bazuca.
- 27 Para uma melhor compreensão das dinâmicas que caracterizam o *mukhero*, foram efectuadas seis entrevistas nomeadamente ao director dos mercados no Conselho Municipal de Maputo, três professores universitários que investigam sobre o informal em Moçambique e dois presidentes de associações que lidam com o *mukhero*. Para além das entrevistas e os resultados do inquérito, os argumentos do presente texto são consubstanciados com recurso a fontes secundárias que incluem artigos de revistas científicas e de livros que versam sobre a economia informal, pobreza e políticas. Relativamente a instrumentos de governação em Moçambique foram analisados o Plano de Acção Para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014.

V. Resultados obtidos

Tabela 1: Características das Variáveis

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Rendimento	301	6125.415	3363.756	855	10000
Agregado	301	4.401993	2.746124	2	10
Sem emprego formal	301	9.667774	1.795158	0	1
Emprego, deseja aumentar o seu rendimento	301	0.431894	2.036217	0	1
Receio de represálias sociais	301	0.299003	0.170596	0	1
Funcionário do Estado	301	0.531561	2.247184	0	1
Invisito em bens de luxo e recreio	301	0.66445	0.813779	0	1
Recurso a associação: uma vez	301	1.960133	3.976398	0	1
Produtos frescos	301	4.950166	5.008078	0	1
Bebidas	301	0.192891	3.950693	0	1
Três vezes por semana	301	0.332226	1.795158	0	1
No sector informal da África do Sul	301	0.232558	1.509659	0	1
Consciência Individual	301	3.554817	0.4794561	0	1
Outras actividades do sector informal	301	0.6445183	0.4794561	0	1
Pressão social	301	0.830565	0.2764271	0	1
Falta de instrução que o habilite a candidatar-se a um emprego no sector formal	301	0.797342	0.2713324	0	1
Desemprego com micro importação como alternativa de sustento	301	0.7342193	0.4424837	0	1
Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 vezes por mês	301	0.531561	0.2247184	0	1
Classificação das associações do sector informal: muito boas	301	0.199336	0.1400047	0	1
Classificação das associações do sector informal: boas	301	0.3122924	0.4642001	0	1
Classificação das associações do sector informal: razoáveis	301	0.4784053	0.5003653	0	1
Classificação das associações do sector informal: más	301	0.1528239	0.3604169	0	1
Classificação das associações do sector informal: muito más	301	0.299003	0.170596	0	1
Ensino primário	301	0.5282392	0.5000332	0	1
Percepção de que a ilegalidade não compensa	301	0.2923588	0.4556037	0	1
Xitique	301	0.3554817	0.4794561	0	1
Empréstimo recebido de amigo ou familiar	301	0.1860465	0.3897922	0	1
Empréstimo solicitado a uma instituição de crédito	301	0.1860465	0.3897922	0	1
Poupanças pessoais	301	0.1495017	0.3571761	0	1
Percepção de que a ilegalidade não compensa	301	0.2923588	0.4556037	0	1

Tabela 2: Percepções de redução de pobreza e criação de riqueza (correlacionados)

Variáveis	Percepção de pobreza	Percepção de riqueza
Constante	-1.0005 (-1.00)	-1.4315 (-2.06)**
Rendimento	0.0008 (2.04)**	0.0005 (2.11)**
Agregado	-0.1317 (-2.98)**	-0.5308 (-1.75)
Sem empregado formal	2.0396 (2.13)**	0.4475 (0.67)
Emprego, deseja aumentar seu rendimento	7.1389 (7.20)*	0.3690 (0.64)
Receio de represálias sociais	5.8433 (7.80)*	1.3888 (2.03)**
Funcionário do Estado	5.8705 (8.83)*	0.2323 (0.68)
Invisito em bens de luxo e recreio	4.8475 (18.99)*	5.4694 (24.00)*
Recurso a associação: uma vez	5.8149 (23.21)*	0.74610 (3.41)*
Produtos frescos	0.3572 (1.30)	1.0211 (4.82)*
Bebidas	0.1873 (0.50)	0.59490 (2.31)**
Três vezes por semana	-0.9312 (-1.54)	-1.631 (-3.71)*
No sector informal da África do Sul	-0.2273 (-0.42)	-5.0981 (-19.23)*
Consciência Individual (valores éticos e morais)	0.5311 (1.89)	0.6171 (3.45)*
Athro	0.2568	
Rho	(1.68)	
Waldtest of rho=0:	0.251	
	2.6197 (0.1055)	

*Significativo a 1% **Significativo a 5%

Tabela 3: Percepções de redução da pobreza e criação de riqueza (não correlacionados)

Variáveis	Percepção de pobreza	Percepção de riqueza
Constante	-1.0005 (-1.02)	-1.4315 (-2.07)**
Rendimento	0.0008 (1.99)**	0.0005 (2.09)**
Agregado	-0.1317 (-2.85)**	-0.5308 (-1.71)
Sem emprego no sector formal	2.0396 (2.17)**	0.4475 (0.69)
Consciência individual	0.5311 (1.93)	0.6171 (3.42)*
Represálias sociais	5.8433 (0.00)	1.3888 (1.88)
Recurso a associação: uma vez	5.8149 (0.00)	0.7461 (3.19)*
Pressão social	0.7326 (0.16)	0.5081 (1.72)
Produtos frescos	0.3572 (1.22)	1.0211 (4.95)*
Bebidas	0.1873 (0.55)	0.5949 (2.37)**
Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 vezes por semana	-0.9312 (-1.61)	-1.6317 (-2.91)**
Athrho	0.2568 (1.59)	
Rho	.2513082 .1508657	-.0587484 .5171443
Likelihood-ratio test of rho=0		

*Significativo a 1% **Significativo a 5%

Tabela 4: Percepção do mukhero como redutora da pobreza

Variáveis	Percepção de pobreza
Constante	4.9317 (3.53)*
Honestidade	0.6982 (0.21)
Percepção de que a ilegalidade não compensa	-0.4969 (-1.43)
Xitique	6.5630 (9.57)*
Empréstimo recebido de amigo ou familiar	6.8672 (9.63)*
Empréstimo solicitado a uma instituição de crédito	6.7889 (10.10)*
Poupanças pessoais	7.7234 (9.37)*
Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 vezes por mês	-1.3575 (-2.31)**
Classificação das associações do sector informal: muito boas	-4.2967 (-3.89)*
Classificação das associações do sector informal: boas	-3.6959 (-5.95)*
Classificação das associações do sector informal: randêves	-3.2901 (-5.88)*
Classificação das associações do sector informal: más	-3.3795 (-5.33)*
Classificação das associações do sector informal: muito más	-4.5317 (-5.71)*
Ensino primário	-0.2580 (-0.61)
Empregado mas deseja aumentar seu rendimento	-6.6237 (-6.91)*
Sem emprego no sector formal	-2.1773 (-3.53)*
Rendimento	0.0008 (1.95)
Agregado	-0.1233 (-2.52)**
Desempregado com micro importação como alternativa de sustento	-3.8056 (-6.98)*
Falta de instrução que o habilite a candidatar-se a um emprego no sector formal	-3.4207 (-5.24)*
Pressão social	-3.5999 (-6.05)*
Influência de familiares e/ou amigos	-3.4550 (-4.38)*
Outras actividades do sector informal	-3.4550 (-4.38)*
Log pseudolikelihood	65.884404
Pseudo R ²	0.2927

* Significativo a 1% **Significativo

VI. Lógicas e práticas do mukhero

1. Discussão dos resultados

- 28 Os resultados das regressões, apresentados na tabela 2, mostram uma profunda heterogeneidade da amostra, denotando-se uma distinção acentuada de opiniões no que respeita às percepções dos inquiridos sobre a redução da pobreza e a criação de riqueza, com muito baixa correlação entre os dois grupos. Tal é consistente com os argumentos de Byiers [2009], Chen [2007] e Rogerson [1996] acerca da segmentação da economia informal. Não obstante, o rendimento desempenha um papel fundamental tanto para os que sentem estar a reduzir a pobreza quanto para os que vislumbram alguma forma de enriquecimento.
- 29 A impossibilidade destes operadores encontrarem emprego no sector formal está positivamente correlacionada com a percepção do *mukhero* como um escape à miséria, confirmando-se a nossa intuição sobre as fraquezas institucionais e políticas como explicações para a opção dos agentes pelo informal. Contudo, essa falta de emprego no sector formal revela-se insignificante para os operadores que percebem estar a enriquecer, o que sugere que este grupo se tenha engajado conscientemente nesta actividade como opção clara de negócio assumida de forma permanente.
- 30 Por outro lado, os resultados da tabela 2 revelam uma correlação fortemente positiva e significativa para o caso dos que praticam o *mukhero* como forma de aumentar a renda e a percepção de redução de pobreza. Apesar disso, a mesma variável apresenta valores insignificantes no que concerne à percepção de riqueza.
- 31 Quanto às diversas actividades, os resultados indicam que os agentes que importam produtos frescos e bebidas são os que gozam de maior satisfação com a prática do *mukhero*, o que é reforçado pela ligeira propensão que têm para adquirir bens de luxo e recreio. Note-se que a classe dos vendedores de bebidas é a mais conotada com práticas de contorno à fronteira, fuga ao fisco e suborno. Talvez seja por isso que embora positiva, a correlação é baixa comparativamente ao grupo dos comerciantes de vegetais.
- 32 A regressão apresentada na tabela 2 mostra ainda que a frequência com que muitos *mukheristas* viajam à África do Sul para efectuar a *restocagem*¹⁰ – pelo menos duas vezes por semana – reduz a sua sensação de bem-estar. Isto sugere que uma parte do seu rendimento dilui-se neste processo, atendendo que há um aproveitamento da sua condição de semilegalidade ou ilegalidade por parte dos oficiais alfandegários que usam as fragilidades institucionais para executarem o comportamento de procura de renda. Neste aspecto concorda-se com Byiers [2009] e Baptista-Lundin [2011] quando afirmam que parte dessa semilegalidade ou ilegalidade resulta do desconhecimento, por parte dos micro-importadores, dos requisitos necessários para agirem legalmente. Por outro lado, os agentes alfandegários raramente se disponibilizam a conceder essa informação. Aliás, o que acontece, de acordo com Novela [2011], é os funcionários fronteiriços tenderem a dificultar ao máximo como forma de desincentivar os *mukheristas* a actuarem em conformidade com as normas.
- 33 Esta pesquisa avança no sentido de verificar a interacção entre o sector informal moçambicano e sul-africano. Os dados revelam uma correlação fortemente negativa entre a percepção de pobreza e de riqueza e a importação de produtos originários do sector informal da África do Sul, embora os comerciantes de vegetais se abasteçam junto dos

farmeiros bóeres cujas práticas não são de todo legais¹¹. A explicação para tal falta de interacção poderá ser encontrada em Heintz [2010] quando argumenta que a África do Sul mesmo com taxas muito altas de desemprego, os seus cidadãos não entram para a actividade informal com a rapidez que se observa noutros países. Voladia [2007] acrescenta que neste país os altos índices de desemprego coexistem com um pequeno sector informal, relativamente à média da África Subsaariana.

- 34 No que concerne às variáveis construídas para verificar, através da teoria da acção fundamentada, os factores que influenciaram a decisão pela prática do *mukhero*, os resultados são estatisticamente insignificantes, com excepção dos valores éticos e morais (que estruturam a consciência individual), pressão social e influência de amigos. Assim, parece que a maioria destas medidas de aproximação não foi determinante na escolha do *mukhero* como forma de vida. Entretanto, a correlação positiva entre os factores de consciência individual e as principais variáveis do estudo sugere que a questão da pobreza e da riqueza constitui um problema de atitude.
- 35 Os conceitos de pobreza e riqueza no contexto urbano moçambicano relativizam-se mas permanecem fortemente ligados à dimensão material. Com efeito, durante a aplicação do inquérito para este estudo foi possível observar que alguns *mukheristas*, em muitos casos mulheres que exercem a actividade há algum tempo, possuem camiões pessoais para o transporte da sua mercadoria, quando muitos recorrem aos serviços de transportadores que se dedicam a essa actividade particular. Para além disso, estas mesmas senhoras ostentam colares, brincos e pulseiras de ouro, o que dá visibilidade à sua prosperidade e estatuto comparativamente com os outros agentes que operam no mesmo mercado.
- 36 À primeira vista, o operador pobre distingue-se do não pobre pelo espaço que ocupa dentro do mercado. Os *mukheristas* comercializam os seus bens em camiões e em bancas¹² enquanto alguns intermediários e os que vendem de forma fraccionada¹³ ficam na cintura do mercado, ao sol e com os produtos amontoados por cima duma capulana ou cartolina. A distinção pode ser feita inclusive através da indumentária.
- 37 Para reforçar os argumentos dos dois parágrafos anteriores importa recuperar uma das variáveis que procura explicar os factores determinantes para a prática do *mukhero*, nomeadamente a consciência individual. Do ponto de vista da teoria da acção fundamentada, para que uma pessoa execute um determinado comportamento são necessários oito requisitos dos quais destacamos dois: crença na existência de maiores vantagens do que desvantagens e reacções emocionais positivas para a execução de determinado comportamento [Fishbein & Ajzen 2010].
- 38 Como é óbvio, não deixar-se morrer à fome ou poder fazer negócios e melhorar o bem-estar figuram como alguns dos principais aspectos para satisfação das necessidades básicas humanas, podendo assumir-se qualquer oportunidade que ajude a concretizar estas aspirações como uma vantagem. No caso em análise, o *mukhero* pode ser visto como sendo essa oportunidade e os agentes constrangidos pelo contexto executam o comportamento no sentido de aproveitá-la. Outros sim, as reacções emocionais positivas exercem um efeito de retroalimentação, pois a percepção de estarem a exercer uma actividade honesta reforça a propensão para a realização de tal acção.
- 39 Considerando os resultados da tabela 2 efectuaram-se mais duas regressões em que se analisam as variáveis percepção de pobreza e de riqueza mas sem estarem correlacionadas e depois isola-se a percepção de pobreza para uma melhor visualização. Os resultados das tabelas 2 e 3 não diferem muito, o que reforça a assunção de

heterogeneidade da população objecto desta pesquisa e, portanto, da diversidade das práticas e lógicas dos agentes *mukheristas*.

- 40 Na tabela 4, a percepção de redução de pobreza apresenta forte correlação com as fontes de financiamento, podendo significar que quanto maior acesso têm a fontes alternativas de crédito maior é o seu sentimento de estarem menos pobres. O xitique e empréstimos recebidos de familiares ou amigos constituem alguns dos mecanismos que garantem a reprodução e manutenção destes agentes, confirmando-se a pertinência de integrar a relação social quando se analisam as lógicas e práticas destes homens de negócios, ainda que o recurso às instituições estruturantes do mercado, como seja o crédito bancário, constituam recurso importante para o sucesso da actividade.
- 41 Era expectável que as associações desempenhassem um papel activo na remoção das restrições que constituem impedimentos ao crescimento dos *mukheristas*. Contrariamente, os dados mostram que o papel das associações é nulo e mesmo contraproducente na actividade da micro-importação, o que reforça o argumento segundo o qual estas organizações buscam objectivos que se afastam dos interesses dos seus membros, na medida em que se pautam por outro tipo de prioridades como seja defender os interesses do partido no poder aquando das campanhas eleitorais.
- 42 O facto de se constatar que muitos dos inquiridos prefeririam permanecer no informal, face à possibilidade de poderem escolher entre outras actividades do sector informal e um emprego assalariado no formal, tudo indica que, nem mesmo assim, a sua actual percepção acerca da pobreza ou da riqueza se alteraria. Por outro lado, é de admitir que quanto menor forem as pressões sociais que os *mukheristas* enfrentam no seu dia-a-dia, maior será o seu sentimento de bem-estar.
- 43 Relativamente à influência das políticas sociais na micro-importação, critérios de preenchimento de vagas no sector formal e a politização das associações, os resultados da regressão revelaram valores estatisticamente insignificantes, não tendo sido possível aferir o impacto destas variáveis nas percepções de redução de pobreza e criação de riqueza. Contudo, se tomarmos em consideração as respostas dadas pelos inquiridos, o sentimento de insatisfação face à actuação do governo (72.1%) não pode ser ignorado. De facto, tal percepção é consistente com a lógica de partidarização das instituições do Estado e favoritismos entre militantes do partido dominante.

2. Conclusões

- 44 Nesta pesquisa constatou-se que as lógicas e práticas dos *mukheristas* afastam-se da interpretação atomista e egoísta que a actual metanarrativa persiste em propor sobre o indivíduo e sua relação com o mercado. O contexto em que os agentes operam revela-se determinante nas escolhas que irão orientar a sua actuação. Deste modo, para cada comunidade haverá um *homo economicus* particular, talhado para esse ambiente específico. Outros sim, o mercado não existe no vácuo e não pode ser dissociado dos arranjos institucionais de cada comunidade, região ou país. Visto desta forma, as várias lógicas e práticas do comércio informal são consistentes com a diversidade de racionalidades, o que remete para uma substituição do modelo de análise baseado no *homo economicus* da sabedoria convencional para o *homo africanus* proposto por Hugon [2000, 1999].

- 45 Efectivamente, a dependência de ajuda e a aliança entre as elites locais e o capital estrangeiro parecem aprofundar as lógicas clientelistas e a natureza rendeira do Estado, na medida em que os governantes não prestam contas junto dos governados, sendo exemplo disso o facto de o principal instrumento de governação – o PARP – não passar por um processo de votação na Assembleia da República. Tudo indica serem estas dinâmicas que amputam a acção do Estado no sentido deste tornar-se um agente dinamizador da economia informal em Moçambique.
- 46 Os resultados do inquérito mostram que os agentes que operam no informal estão imbuídos de valores morais e éticos. Apesar disso, estes elementos de consciência individual parecem não estar correlacionados com algumas normas do Estado e de cidadania. A teoria da acção fundamentada parece validar a adaptação que os *mukheristas* fazem do seu comportamento às inadequações institucionais e políticas, pois refere que um dos pré-requisitos para que um indivíduo execute determinado comportamento é a percepção que tem de não estar a violar os seus princípios, evitando dessa forma activar auto-sanções negativas. Neste caso, a sobrevivência e a procura de cada vez melhor qualidade de vida, mais do que um princípio é uma necessidade.
- 47 Renegados pelo governo e limitados pelas suas qualificações académicas, a estes agentes resta apenas o engenho e a criatividade – uns para fazer negócio assumido de forma permanente e outros para poderem sobreviver. Assim, em vez do Estado preocupar-se em fazer cumprir inescrupulosamente a lei talvez fosse mais proveitoso, como já sugeriram Francisco & Paulo [2006], adequar esta às lógicas e práticas que configuram o comportamento dos moçambicanos em geral. Mas este caminho implica uma profunda compreensão das dinâmicas económicas, políticas e sociais dos agentes.
- 48 A pesquisa demonstra ainda que apesar do *mukhero* reduzir a pobreza e permitir criação de riqueza, esta actividade encontra-se bloqueada no que concerne à sua expansão devido aos determinantes políticos e institucionais acima referidos mas, sobretudo, pela precariedade dos mecanismos de financiamento disponíveis (recurso ao *xitique* e empréstimo de amigos e familiares), o que não permite sua contribuição no alargamento e diversificação da base produtiva da economia nacional.
- 49 O governo de Moçambique não apresenta nenhuma estratégia com o objectivo de capitalizar as potencialidades do sector informal. Efectivamente, a maior parte dos instrumentos de governação não contém medidas concretas nesse sentido, remetendo as questões ligadas ao sector informal para os conselhos municipais que só intervêm ao nível de criação de espaço físico e da cobrança de taxas. Isto sugere uma desarticulação entre as medidas de combate à pobreza e as estratégias pelas quais os pobres optam para sobreviverem. Os *mukheristas* têm consciência deste aparente “abandono”, o que é ilustrado pelo facto de na sua maioria terem respondido “não” quando questionados se as políticas públicas acomodavam as actividades informais.

BIBLIOGRAFIA

- AJZEN, Icek, 2001: "Nature and Operation of Attitudes", *Annual Review of Psychology*, 52, pp. 27-58
- AJZEN, Icek, 1991: "The Theory of Planned Behavior", *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, pp. 179-211
- BAPTISTA-LUNDIN, Iraê & Ian Taylor, 2003: "A View from Maputo." In: Fredrik Söderbaum & Ian Taylor (eds.), *Regionalism and Uneven Development in Southern Africa: the case of the Maputo development corridor*, Aldershot: Ashgate. Pp. 97-105
- BATISTA, Carlos, Emílio RUNGO & Felisberto NAVALHA, 2001: *Comércio Informal Transfronteiriço*. Documento N° 6. Maputo: Banco de Moçambique
- BYIERS, Bruce, 2009: *Informality in Mozambique: characteristics, performance and policy issues*. Nathan Associates Inc. USAID
- BROHMAN, John, 1995: "Economism and critical silences in development studies: a theoretical critique of neoliberalism". *Third World Quarterly*, Vol. 16, N° 2, pp. 298-318
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, 2010: "Economia extractiva e os desafios de industrialização em Moçambique." In: De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (org.) *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*, Maputo: IESE, pp. 19-110
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, 2011: *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership*. Cadernos IESE n° 7/2011, Maputo: IESE
- CHEN, Martha Alter, 2007: "Rethinking the informal economy: linkages with the formal economy and the formal regulatory environment." In: Guha-Khasnobis, Basudeb, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom (org.), *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, New York: Oxford University Press, pp. 75-92
- CHIVANGUE, Andes, 2007: *Sector Informal e as Relações Moçambique-África do Sul: uma discussão em torno do mukhero*, Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais (monografia)
- DE RENZIO, Paolo & Joseph HANLON, 2007: *Contested Sovereignty in Mozambique: the dilemmas of aid dependence. Managing aid dependency project*. GEG Working Paper 2007/25. University of Oxford
- FORQUILHA, Salvador Cadete, 2009: "'Remendo novo em pano velho': o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique." In: De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (org.), *Cidadania e Governação em Moçambique*, Maputo: IESE, pp. 71-89
- FORQUILHA, Salvador Cadete & Alsak ORRE, 2011: "'Transformações sem mudanças?' Os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique." In: De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (org.), *Desafios Para Moçambique 2011*, Maputo: IESE, pp. 35-53
- FISHBEIN, Martin & Icek AJZEN, 2010: *Predicting and Changing Behavior, The Reasoned Action Approach*. New York: Psychology Press
- FRANCISCO, António A. da Silva & Margarida PAULO, 2006: *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudo Africanos e Cruzeiro do Sul

- HART, Keith, 1973: "Informal income opportunities and urban employment in Ghana". *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 11, No 1, pp. 61-89
- HART, Keith, 2010: "Africa's urban revolution and the informal economy." In: Vishnu Padayachee (org.) *The Political Economy of Africa*, New York: Routledge, pp. 371-388
- HART, Keith, 2007: "Bureaucratic form and the informal economy." In: Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom (org.), *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, New York: Oxford University Press, pp. 21-35
- HEINTZ, James, 2010: "Employment, poverty and inclusive development in Africa, policy choices in the context of widespread informality." In: Vishnu Padayachee (org.), *The Political Economy of Africa*, New York: Routledge, pp.199-213
- HEINTZ, James & Robert POLLIN, 2003: *Informalization, economic growth and the challenge of creating viable labor standards in developing countries*. Number 60. University of Massachusetts Amherst
- HUGON, Philippe, 1999: *Economia de África. Coleção Tempos e Espaços Africanos*. Lisboa: Vulgata
- GUHA-KHASNOBIS, Basuded, Ravi Kanbur & Elionor Ostrom, 2000: "Os empresários africanos e a análise económica." In: Stephen Ellis e Yves-A. Fauré (org.), *Empresas e Empresários Africanos*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos do ISCTÉ, Vulgata pp. 205-228
- GUHA-KHASNOBIS, Basuded, Ravi Kanbur & Elionor Ostrom, 2007: "Beyond formality and informality." In: Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur & Elionor Ostrom (org.), *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, New York: Oxford University Press, pp. 1-18
- GULYANI, Sumila & Debabrata TALUKDAR, 2010: "Inside Informality: the links between poverty, microenterprises, and living conditions in Nairobi's slums." *World Development*. Vol. 38, No 12, pp. 1710-1726
- IYENDA, Guillaume, 2005: "Street enterprises, urban livelihoods and poverty in Kinshasa." *Environment and Urbanization*. Vol. 17, No 2, pp. 55-67
- LYONS, Michal & Simon SNOXELL, 2005: "Sustainable urban livelihoods and marketplace social capital: crisis and strategy in petty trade." *Urban Studies*, Vol. 42, No 8, pp. 1301-1320
- LYONS, Michal & Alison BROWN, 2010: "Has Mercantilism Reduced Urban Poverty in SSA? Perception of Boom, Bust, and the China – Africa Trade in Lomé and Bamako." *World Development*. Vol. 38, No. 5, pp. 771-782
- MACAMO, Elísio, 2006: *Political Governance in Mozambique. Final Report*. DFID – Mozambique
- MACAMO, José Luís, 1999: *Estimates of Unrecorded Cross-Border Trade Between Mozambique and Her Neighbors*. Technical Paper No. 8 Maputo: World Vision International – Mozambique
- MALONEY, William F., 2004. "Informality Revised." *World Development*. Vol. 32, No 7, pp. 1159-1178
- MAPOTE, William, 2012: "Mukheristas declaram guerra contra esquemas de corrupção." *MediaFAX* 08 Fevereiro, No 4979, pp. 01-05
- MOSCA, João, 2010: 'Pobreza, economia "informal", informalidades e desenvolvimento'. In: De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (org.), *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*, Maputo: IESE, pp. 83-98
- NYSENS, Marthe & Bruno Van der LINDEN, 2000. "Embeddedness, cooperation and popular-economy firms in the informal sector." *Journal of Development Economics*, Vol. 61, pp. 175-204

NZATUZOLA, João Baptista Lukombo, 2006: “O sector informal e iniciativas microempresariais em Angola.” In: João Mosca & Julien Zanzala (org.), *Economia dos PALOP, seminário internacional sobre a economia dos PALOP*, Instituto Piaget, pp. 61-68

PEBERDY, Sally, 2000: “Mobile entrepreneurship: informal sector cross-border trade and street trade in South Africa”. *Development Southern Africa*. Vol. 17, No 2, pp. 201-219

REPÚBLICA de Moçambique, 2011: *Plano de Acção para a Redução da Pobreza (2011-2014)*. Aprovado na 15 sessão Ordinário do Conselho de Ministros, 31 de Maio de 2011. Maputo

ROGERSON, Christian, 1996: “Urban poverty and the informal economy in South Africa’s economic heartland.” *Environment and Urbanization*. Vol. 8 No 1, pp. 167-179

SANDE, Zaqueu, 2011: “7 Milhões”, Revisão do debate e desafios para a diversificação da base produtiva’. In: De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo: IESE, pp. 207-228

SAÚTE, Cláudio, 2012: “Mega-projectos Contribuem abaixo de 4% para o total das Receitas do Estado”, *Canalmoz*, ano 4, Março, N° 659

SODERBAUN, Fredrik, 2007: “Blocking human potential: how formal policies block the informal economy in the Maputo corridor”. In: Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom (org.), *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, New York: Oxford University Press, pp. 163-178

STEGGELL, Carmen D., Susan K. Binder, Lori A. Davidson, Pat R. Vega, Eric D. Hutton, & Amelia R. Rodecap, 2001: “Exploring theories of human behavior in housing research.” *Housing and Society*, Vol. 28, No 1 & 2

TOKAMAN, Victor E., 2007: “Modernizing the informal sector.” *Economic & Social Affairs*. DESA Working Paper No. 42

WAR ON WANT, 2006: *Forces for Change, informal economy organizations in Africa*. London

WESTABY, James D., 2005: “Behavioral reasoning theory: identifying new linkages underlying intentions and behavior”. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 98, pp. 97-120

VOLADIA, Imraan, 2007: *Informal employment in South Africa*. Human Science & Research Council (HRSC), Employment growth and development initiative.

NOTAS

1. Texto adaptado da dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.
2. Etimologicamente, a palavra *mukhero* resulta da corruptela da expressão inglesa “carry”. Na fronteira de Namaacha, os estrangeiros que estivessem a efectuar a travessia a pé pediam aos nativos que os ajudassem com as pastas e depois davam uma gorjeta. Rapidamente esta prática generalizou-se e os locais passaram a designá-la por *mukhero*. Esta expressão começou a ser usada também pelos nacionais que atravessavam a fronteira para comprar diversos bens, uma parte para o consumo e outra para revender. Para maior aprofundamento veja-se Chivangue [2007].
3. No presente texto o termo informal prende-se com a ausência de registo da actividade junto das autoridades formais competentes e ao processo de passagem pela fronteira, em muitos casos, caracterizada por procedimentos semilegais ou mesmo ilegais.
4. Para mais sobre comércio transfronteiriço em Moçambique veja-se Macamo [1999] e Batista et al. [2001]

5. As importações a partir da China feitas por operadores informais já começaram a ser estudadas, sendo o artigo dos autores Lyons e Brown (2010) um exemplo ilustrativo. Estes autores analisam a integração dos operadores informais nas redes globais de oferta e a sua influência na redução da pobreza urbana na África Subsaariana.
 6. PNUD (1997): *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Angola.
 7. Tradução livre da expressão *theory of reasoned action*.
 8. Nyssens & Linden [2000] usam o conceito de *embeddedness* para sugerir que é preciso olhar para o contexto específico em que as actividades informais ocorrem.
 9. Estas proposições são apoiadas, dentre vários autores, por James Heintz [2010, 2003], Gulyani & Talukdar [2010], Tokman [2007] e Hart [1973, 2005, 2010].
 10. Reposição de *stock*.
 11. Para além de entregarem aos *mukheristas* confirmativos de compra precários, regularmente são reportados na imprensa moçambicana situações de farmeiros que contratam informalmente imigrantes moçambicanos ilegais e na altura de pagar os salários chamam os serviços de migração.
 12. Alpendres construídos para o efeito.
 13. Venda aos montinhos.
-

RESUMOS

O presente artigo analisa as lógicas e práticas dos agentes informais em Moçambique, concretamente as dos micro-importadores vulgarmente conhecidos por *mukheristas* que operam na cidade de Maputo. O estudo é feito com base em dois pressupostos teóricos, designadamente: a racionalidade diversa apresentado por Hugon [1999, 2000] e a teoria da acção fundamentada (*theory of reasoned action*) de Fishbein & Ajzen [2010]. A questão central do trabalho é: *que percepções de riqueza e de pobreza decorrem da prática domukhero?* Para responder a este problema recorre-se tanto aos resultados de um inquérito administrado para o efeito como a diversa bibliografia que versa sobre o assunto.

The present dissertation analyzes the logics and practices of the informal operators in Mozambique, specifically the micro-importers commonly known as *mukheristas*. The study is supported by two theoretical frameworks, namely: rationality diverse, proposed by Hugon [1999, 2000] and the theory of reasoned action, presented by Fishbein & Ajzen [2010]. The main core question of this works is: *which perceptions of wealth and poverty can be found on those who perform mukhero?* To answer this problem we use not only the results from a survey held for this purpose but also bibliography about the subject.

ÍNDICE

Palavras-chave: Economia informal, pobreza, riqueza, políticas, Estado.

Keywords: Informal economy, organizations in informal economy, informal trade, crossborder trade.

AUTOR

ANDES CHIVANGUE

Licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia. Mestre em Cooperação e Desenvolvimento pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, é investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE. Docente da Universidade Eduardo Mondlane e investigador no Centro de Estudos Africanos (CEA) do ISCTE e Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA) do ISEG-UL. Tem como principais áreas de interesse a economia informal, indústrias extractivas, redes de políticos e empresários, formas de negociação do Estado em África e Estado desenvolvimentista. Tem um artigo, em co-autoria, publicado na Cites (2014, 36,74-82) intitulado “Urban Dynamics in Maputo, Mozambique”.
chivangue@gmail.com